



## Artigos

Animais  Carnes



 Sexta, 19 de agosto de 2011 - 20h20min

# O consumo de carne de caça na Amazônia Brasileira

**Por Patrícia Maria Drumond**

Estima-se que na Amazônia Brasileira sejam consumidas, para fins de subsistência, cerca de 90 mil toneladas de carne de caça por ano, o que equivale ao abate de, aproximadamente, 25 milhões de animais em um período de até 12 meses. Com a intensificação no uso da terra, a valorização da floresta em pé, a possibilidade de aproximação de áreas isoladas, seja por meio da melhoria da infraestrutura ou devido aos avanços da tecnologia, que facilitam, por exemplo, o acesso a armas, armadilhas, energia e transporte, a expectativa é que essa situação se agrave, rapidamente, aumentando o número de espécies da fauna silvestre em extinção. Nesse contexto, o sucesso das políticas públicas que tratam do manejo e conservação dos animais silvestres passa, necessariamente, por um melhor entendimento do papel da caça na segurança alimentar das comunidades amazônicas.

Nas situações em que a carne de caça é consumida em função das dificuldades de obtenção de outra fonte de proteína, uma alternativa já implantada em alguns países é o envolvimento da comunidade na gestão dos recursos locais por meio de acordos coletivos, que podem incluir, entre outros itens, a não utilização

de cães durante a caça, seleção dos animais caçados, estabelecimento de zonas específicas de caça e da prática dessa atividade somente pelos moradores permanentes da área, pagamento de compensações financeiras pelo cumprimento das normas estabelecidas, além da implementação de programas de educação ambiental.

A solução para o problema da caça no Brasil é, no entanto, um pouco mais complexa. Do ponto de vista da legislação brasileira, os animais silvestres são propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha. Nesse contexto, não é possível envolver a comunidade em programas de manejo de caça, uma vez que essa prática é, em princípio, proibida por lei. Há, no entanto, algumas iniciativas em andamento no Brasil, que deverão gerar maiores subsídios a essa discussão.



Ainda de acordo com a legislação, o abate de animais silvestres, quando realizado para saciar a fome do caçador ou de sua família, não é considerado crime. Entretanto, alguns problemas de ordem operacional dificultam a distinção entre a caça de subsistência e a caça com fins comerciais. Enquanto essa questão não se resolve, uma alternativa frequentemente apresentada aos povos da floresta é a criação comunitária de animais silvestres em cativeiro. Uma proposta interessante, mas relativamente cara, que requer assistência técnica especializada e um grau de organização nem sempre presente nas comunidades.

A ausência de informações ecológicas e comportamentais sobre os animais silvestres é outro fator limitante, que dificulta a elaboração de programas de manejo da fauna. Assim, antes de se discutir uma possível flexibilização na legislação em vigor é preciso um maior investimento em estudos que permitam melhor compreensão da biologia das espécies caçadas, dos efeitos da redução do número desses animais em uma determinada área, bem como dos critérios que deverão ser empregados no monitoramento da população da fauna silvestre. É importante ressaltar que esses critérios precisam ser incorporados pelas comunidades, órgãos governamentais, agências de fomento, formuladores de políticas públicas, organizações ambientais, e, sobretudo, pelo setor produtivo que retira da floresta a sua matéria-prima.

Muitos obstáculos, portanto, precisam ainda ser superados para que o consumo de carne de caça na Amazônia seja, de fato, uma atividade sustentável. De acordo com estudos realizados pela Embrapa Acre os mamíferos mais visados pelos caçadores locais são antas, capivaras, cutias, pacas, porquinhos-do-mato, tatus e veados. Em uma das localidades estudadas, observou-se redução no consumo de carne de caça quando havia peixes e galinhas (ou ovos) disponíveis.

Apesar de preliminar, os resultados desse estudo encontram-se em sintonia com pesquisas realizadas em outras localidades do Brasil, na Bolívia e na África, reforçando a importância da inclusão de fontes alternativas de proteína entre as estratégias de conservação da fauna silvestre local. Ao se investir nessas fontes, crianças e jovens passarão, pouco a pouco, a desenvolver

novos hábitos de consumo, o que poderá contribuir ainda mais com o processo de redução da pressão da caça sobre a fauna silvestre.

## Pesquisadora da Embrapa Acre - Rio Branco/AC

E-mail: [patricia@cpafac.embrapa.br](mailto:patricia@cpafac.embrapa.br)

Fonte: Embrapa Acre

### + Artigos



13/03/25

Saúde no campo

11/03/25

O Brasil e a produção de alimentos

14/02/25

Liderança e crescimento no cooperativismo

07/02/25

Bovinos e Gases do Efeito Estufa, o papel da genética e da eficiência alimentar